

POLÍTICAS DE CARÁTER DESENVOLVIMENTISTA SOB A PERSPECTIVA DO HIDRONEGÓCIO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Maria Juliana do Nascimento

Aluna do curso de graduação em Geografia CAMEAM/UERN
mjuhnascimento@gmail.com

João Victor de Lima Nascimento

Aluno do curso de graduação em Geografia CAMEAM/UERN
jvln@outlook.com

Maria Jocelma Duarte de Lima

Professora da rede municipal de ensino de Marcelino Vieira - RN
jocelmaduarte@yahoo.com.br

José Ismaildo Dantas de Oliveira

Professor da rede municipal de ensino de Luís Gomes - RN
ismaildodantas19@gmail.com

GT 04: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

Resumo:

Buscamos neste artigo, analisar a expansão do hidronegócio no semiárido, a partir dos projetos de irrigação, pela ótica das políticas públicas de caráter desenvolvimentista. E como a implantação deste tipo de política modifica não apenas o aspecto econômico e/ou territorial, mas também interfere no modo de vida dos sujeitos sociais que passam a viver sob a lógica capitalista de forma mais direta, afim de facilitar a reprodução do capital. Para a construção deste trabalho, realizamos uma revisão bibliográfica contemplando autores como Albuquerque Jr. (2011), Dourado (2011), Malvezzi (2012) e Thomaz Jr. (2010), dentre outros. Além de utilizar a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979. Nossas reflexões nos permitem afirmar que as políticas de caráter desenvolvimentista implantadas no semiárido nordestino tinham por objetivo o crescimento econômico da região de forma a propiciar a reprodução ampliada do capital, em detrimento do desenvolvimento social da região e da população residente. Conseguimos perceber ainda as contradições existentes, ao vermos que a escassez hídrica é considerada um entrave para o desenvolvimento da população pobre do semiárido, mas parece favorecer o desenvolvimento do agronegócio agroexportador. A inserção desses projetos no semiárido acaba por acentuar as desigualdades existentes no que diz respeito à concentração de terra e de renda por parte da elite dominante.

(83) 3322.3222

contato@erespp.com.br

www.erespp.com.br

Palavras-chave: Hidronegócio; Políticas públicas desenvolvimentistas; Projetos de irrigação; Semiárido.

1 Introdução

O capital agroindustrial tem avançado de maneira significativa por todas as regiões do Brasil, neste âmbito, controlar os recursos hídricos se faz estratégia preponderante para que o grande capital mantenha sua reprodução ampliada. O agrohidronegócio vem ganhando expressão no cenário nacional e se expandindo, e acaba por trazer consigo a confluência de interesses de corporações que procuram produzir as chamadas *commodities*. É nesse interim que surgem as estratégias traçadas pelo grande capital para controlar ou extinguir os movimentos de resistência empunhados por camponeses, quilombolas, indígenas e ribeirinhos que desde muito tempo são considerados obstáculos para o desenvolvimento e progresso do país.

Verifica-se a partir da década de 1970, mais incisivamente, investimentos públicos e privados em obras grandiosas na região Nordeste, que varia entre a construção e manutenção de infraestruturas e outras, como o surgimento dos perímetros irrigados a partir da implementação da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que surge com o objetivo do “aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada” (Art. 1º, 1979, p. 3); exploração de recursos minerais e naturais, construção de barragens, dentre outros, que são responsáveis por ocasionarem transformações no território.

Caracterizados por atuarem em determinados setores, esses investimentos não conseguiram produzir mudanças significativas na realidade de grande parte da população que reside no campo, haja vista que grande parte dos trabalhadores rurais e camponeses ainda enfrentam dificuldades que já haviam sido identificadas como responsáveis pela limitação do desenvolvimento da região Nordeste há muito tempo, além de outras dificuldades terem surgido com as novas dinâmicas criadas a partir dessas transformações.

Nos dias atuais “a imagem do Nordeste” parece ter ganhado um novo direcionamento no que tange a novas possibilidades de crescimento econômico. Pois a região apresenta grande potencial para a territorialização do grande capital, com investimentos em atividades específicas como a mineração e a agricultura irrigada, além de ter ganho uma maior dinamicidade no que concerne as atividades econômicas desenvolvidas na região.

Ao se tratar da implantação de políticas públicas na região Nordeste, percebemos que estas se tratam de projetos grandiosos em que os impactos negativos são socializados, e os positivos, em contrapartida, são sentidos apenas por uma pequena parcela da sociedade, detentora do poder das decisões políticas na região, as grandes (e perversas) oligarquias. Os grandes projetos implantados no Nordeste, em sua maioria não atendem de fato as necessidades da grande massa populacional, e explicitam bem o tipo de projeto que é pensado para a região, caracterizado pela (re)organização do território, em que cria as condições ideais para a reprodução do capital.

Buscamos neste artigo, analisar a expansão do hidronegócio no semiárido, a partir dos projetos de irrigação, pela ótica das políticas públicas de caráter desenvolvimentista. E como a implantação deste tipo de política modifica não apenas o aspecto econômico e/ou territorial, mas também interfere no modo de vida dos sujeitos sociais que passam a viver sob a lógica capitalista de forma mais direta, afim de facilitar a reprodução do capital.

Utilizou-se para a construção deste trabalho revisão bibliográfica acerca de autores que discutem o tema em tela, bem como os principais conceitos abordados no decorrer do mesmo. O presente trabalho encontra-se organizado em duas seções. Num primeiro momento trazemos uma breve discussão afim de explicar o conceito de hidronegócio; posteriormente fazemos uma análise crítica acerca das políticas desenvolvimentistas implantadas no semiárido sob a perspectiva dos projetos de irrigação; e concluímos nas considerações finais expondo nossas apreensões sobre a temática em tela.

02 Compreendendo o hidronegócio

Ao discutirmos neste trabalho as políticas desenvolvimentistas implantadas no semiárido nordestino sob a ótica da expansão do hidronegócio, faz-se necessário entender tal conceito. Dessa forma, Malvezzi (2012, p. 397) vem nos dizer que hidronegócio é “literalmente, o negócio da água, e tem óbvia inspiração na expressão agronegócio”, por isso ser comum o uso do termo agrohidronegócio.

O termo surge com o objetivo de agrupar sob um único conceito todos os tipos de negócios que envolvem a água, que como nos assegura Malvezzi (2012) são tão múltiplos quanto suas possibilidades de uso. Sendo assim, podemos entender a água enquanto negócio “quando engarrafada, no serviço de saneamento ambiental, no seu intenso uso na irrigação, na pecuária, na indústria, e assim por diante.”

(MALVEZZI, 2012, p.397). E é por isso que neste trabalho abordaremos o hidronegócio pela perspectiva dos projetos de irrigação.

Projetos estes que surgem a partir do Plano de Irrigação Nacional (PIN) criado na década de 1970, que estava incluído num plano mais abrangente, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND). O objetivo deste plano como destaca Busztyn (2008, p.111) era a partir de um vultuoso orçamento “irrigar 130.000 hectares, durante o período 1975/1979. A ideia era aproveitar as águas dos açudes já existentes, bem como as do Rio São Francisco, de forma a viabilizar a agricultura irrigada e a pecuária.”

Estes projetos que fazem parte do hidronegócio vislumbram sobretudo a reprodução ampliada do capital e a inserção das áreas em que se localizam na economia nacional, destinando sua produção para o mercado externo. Daí o termo está intimamente associado ao termo agronegócio que apresenta objetivos comuns.

Consideramos que a expansão do hidronegócio está acontecendo de forma mais incisiva, pois “a monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital” (THOMAZ JR., 2011, p.9), desta forma é necessário ter controle sobre estes dois elementos para que a reprodução do capital ocorra de forma efetiva, auxiliando a manutenção do *statu quo* da classe dominante e a situação de vulnerabilidade dos agricultores familiares e camponeses.

03 A expansão do hidronegócio no semiárido nordestino e as contradições existentes

Chão rachado, vegetação seca, flagelo e fome fazem parte do imaginário social de muitos quando se fala em Nordeste, sobretudo ao Sertão. Esse e outros imaginários são frutos do discurso regionalista que subsidia a “indústria da seca” que sempre beneficiou e continua a beneficiar as elites dominantes da região Nordeste. E é este discurso regionalista, que institui a “verdade” acerca da região, como assevera Albuquerque Jr. (2011), fazendo com que tal verdade seja disseminada pela mídia e sendo difundida pelos quatro cantos do Brasil.

O discurso da seca surge como estratégia política para adquirir recursos para a região (que em sua maioria acabam nos bolsos dos nosso “representantes” políticos) e segue essa lógica até os dias atuais. Inicialmente, visava-se com este discurso, sobretudo construções e manutenções de açudes e barragens, hoje em dia, com a expansão do agrohidronegócio o desejo parece ter mudado, sendo agora objetivo da elite dominante a propagação da agricultura irrigada.

O semiárido é ainda hoje muito relacionado à imagem da seca, e a mesma é muito utilizada para justificar ações governamentais, como também para compor planos de governos pautados no discurso de “combate à seca” (como se fosse possível!). Mesmo assim, o agrohidronegócio (atividade que necessita de muita água para seu desenvolvimento) encontra condições favoráveis para seu desenvolvimento em pleno semiárido, sob o discurso ilusório de modernização e desenvolvimento, capazes de trazer emprego, renda e melhorias nas condições de vida.

E aí percebemos a contradição. O que é caracterizado como entrave para a população local e de baixa renda (as condições edafoclimáticas), parece favorecer o desenvolvimento das atividades do agronegócio fruticultor, que tem parte majoritária da produção voltada para exportação. Coelho Neto (2006, p.114) vem ratificar o que foi posto por nós ao dizer que “[...] a natureza, outrora difundida como entrave ao desenvolvimento, agora é um ingrediente chave na superação do atraso”. Isso nos faz perceber que a seca só é um fator limitante para o camponês, o pequeno produtor, uma vez que os mesmos não possuem recursos financeiros suficientes para irrigar, melhorar as condições do solo, dentre outros, além de não terem assistência por parte de políticas públicas, já que suas produções são direcionadas para subsistência da família e o pouco excedente atende aos mercados locais, e talvez regional, não contribuindo assim para a reprodução ampliada do capital.

Para o modelo agroexportador, pautado na agricultura irrigada, a seca não se constitui um problema, pois de fato, não os atingem, mesmo estes sendo extremamente dependentes de grandes volumes de água, além de que causam grandes impactos ao meio ambiente. Mesmo assim, recebem grande apoio das políticas agrícolas a nível nacional, que visam a acumulação de capital. Uma vez que essas atividades aquecem a economia do país, destinando sua produção para o mercado externo.

O incentivo à agricultura irrigada no semiárido brasileiro é um meio de fazer com que a modernização adentre o campo, abrindo caminho para o grande capital, de forma a inserir a produção agrícola e o Nordeste nas teias do agronegócio. Essa inserção do semiárido na lógica do grande capital, se dá sobretudo após a implantação da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, onde se tem início a construção dos primeiros perímetros irrigados sob a política de reforma agrária via colonização, no entanto, as intencionalidades, decerto, que estava por “trás” ou na essência para além da aparência desses fixos geográficos era a inserção do Nordeste nas teias do agronegócio, por meio da agricultura irrigada.

Nos projetos desenvolvimentistas implantados no semiárido nordestino, é sempre possível ver o acesso à água e a geração de emprego como resultados dos projetos. Isso para que os projetos sejam legitimados, uma vez que em uma região que sofre com a escassez hídrica e apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se opor a projetos que contemplem tais aspectos seria o mesmo que estar em desacordo com o “desenvolvimento” da região e a melhoria na qualidade de vida da população local.

Para o capital, somente o controle da terra não se faz suficiente, é preciso também ter acesso e controle sobre os recursos hídricos, sejam eles superficiais ou subterrâneos. O jogo do poder sobre os recursos hídricos pode ser expresso de diferentes maneiras, desde a privatização de serviços de água e da geração de energia elétrica, até outros conflitos que surgem sempre que há disputa por um bem, ainda mais um bem imprescindível para a manutenção da vida como é o caso da água. Thomaz Junior (2010, p.99) aponta que

Mais recentemente, os interesses do capital revelam que o processo de mercantilização da água também segue ritmo frenético de investimentos, ou se ampliam para a produção de energia elétrica, e na apropriação de fontes para futuro envase e comercialização para o consumo humano, processo que está sendo monopolizado por quatro grandes grupos empresariais: Pepsi, Nestlé, Coca-Cola e Danone. Todavia, consolidam-se igualmente, no setor de tratamento e fornecimento de água potável e saneamento básico, empresas que são atraídas pelos negócios milionários. (THOMAZ JUNIOR, 2010,p. 99).

Os projetos de irrigação são exemplos de empreendimentos realizados pelo Estado que visa tanto a concentração de terras como o controle das águas, uma vez que é preciso da terra para montar toda a infraestrutura necessária, bem como para plantar as culturas agrícolas, tal como é preciso a água para realizar a irrigação. Esses projetos conseguem atender a lógica da reprodução do capital uma vez que sua produção atende à demanda do mercado externo. Além de que, os projetos de irrigação acabam por salientar a concentração de terra e renda, por atraírem grandes empresas agrícolas para a região em que estão localizados. A chegada de tais empresas na região acaba por alimentar a ideia ilusória de geração de emprego, quando na verdade poucos serão os moradores locais que serão contratados pelas mesmas, em virtude da qualificação profissional que dificilmente os mesmos possuem.

As políticas desenvolvimentistas pautadas na implantação de projetos de irrigação, trata-se nas palavras de Dourado (2011, p.119) de

[...] medidas parciais e paliativas
porque a sua capacidade de

(83) 3322.3222
contato@erespp.com.br
www.erespp.com.br

geração de emprego e renda geralmente fica restrita aos lotes, haja vista não existir uma política de integração das atividades agrícolas desenvolvidas nos projetos de irrigação com as práticas agrícolas locais, nem mudança na estrutura fundiária, porque ainda que os lotes para irrigação não sejam grandes, a produção neles requer altos investimentos, a que os camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra, não dispõem, tampouco, têm acesso junto às instituições credoras. Por isso, a modernização da agricultura presenciada no Semiárido nordestino, assim como em todo o Brasil, é conservadora e dolorosa (DOURADO, 2011, p. 119).

Vale ainda destacar que com a implantação dos projetos de irrigação, tem-se uma alteração no espaço geográfico a partir da construção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades, além de alterações nas relações sociais e modos de vida da população local.

O discurso proferido pela mídia acerca desses projetos desenvolvimentistas implantados no Nordeste, a exemplo dos projetos de irrigação, deve ser analisado com atenção, uma vez que não se deve considerar unicamente o seu potencial de geração de emprego e de renda, pois os mesmos além de serem excludentes por empregarem geralmente mão-de-obra qualificada, ainda tendem a uma concentração da renda, sem contar que os impactos ambientais suplantam estas outras variáveis.

Um dos problemas gerados pelos projetos de irrigação que merecem destaque é o grande desperdício de água, aliados a este tem-se ainda outros problemas ambientais, como assegura Almeida e Costa (2014, p. 37)

[...] o uso abusivo da água, juntamente com o emprego de produtos químicos na agricultura irrigada, como os fertilizantes e agrotóxicos, gera um problema concreto nesse processo, visto que por meio do escoamento superficial a água leva consigo esses elementos tóxicos, tendo como destino final os rios e os depósitos subterrâneos, implicando na sua contaminação.
[...]

Outro fator que merece destaque é o êxodo rural promovido por estes projetos, uma vez que a família que não se encaixa no perfil solicitado pelo DNOCS para tornar-se colono irrigante, tendo sido desapropriado de sua terra, tende a migrar para outras áreas em busca de emprego e melhores condições de vida. Outra consequência da instalação desse projetos é a geração de empregos temporários que ocorre nas épocas de colheitas. O que causa outras transformações nas dinâmicas espaciais e sociais da área, como aponta Bursztyn (2008, p. 118) “do lado de fora dos muros dos ‘perímetros’, encontram-se aglomerações de barracos, onde moram

os trabalhadores que formam o estoque de mão-de-obra diarista”.

A entrada do grande capital no semiárido nordestino deve ser vista com cautela, pois embora apareçam com a ideia ilusória de prosperidade e desenvolvimento para a região e a população, o que temos é um crescimento econômico em detrimento à um possível desenvolvimento social, uma vez que o discurso de desenvolvimento tão disseminado pelo Estado dificilmente alcançará aqueles que foram retirados de suas terras.

3 Considerações finais

Para que possamos compreender o novo contexto econômico, político e social em que está inserido o semiárido brasileiro se faz necessário refletirmos acerca das razões para que tais projetos sejam implantados na região, uma vez que estes necessitam de uma grande demanda de água, e a região é caracterizada justamente pela escassez deste recurso. Diante do exposto, é preciso também refletir acerca dos “benefícios” que tais projetos trazem para o semiárido, uma vez que trazem consigo também o desemprego, a precarização do trabalho, impactos ambientais e na vida da população local que precisa agora se adequar à uma nova dinâmica de vida.

O semiárido vem sofrendo alterações em sua configuração espacial com a inserção destes projetos, a exemplo dos projetos de irrigação, com mudanças na estrutura a partir da construção dos canais de irrigação, por exemplo, com o propósito de promover condições para que o grande capital adentre e se territorialize nesta área e possam assim se reproduzir de forma ampliada.

Não podemos esquecer de que setores importantes e básicos necessários para que a população tenha as mínimas condições dignas de sobrevivência, são por vezes esquecidos e negligenciados em detrimento do desenvolvimento destes projetos. Nos fazendo perceber que tais projetos não vislumbram um desenvolvimento social, mas sim um crescimento econômico da área que recebe estes empreendimentos.

Os projetos realizados pelo Estado sob o discurso de desenvolver o semiárido ao invés de se expressarem por meio de uma democratização ao acesso da terra e da água, apresentam justamente o contrário, tornando ainda maior a concentração de terra e renda e do controle da água, isso porque não há um interesse de atender as demandas da sociedade local, e sim manter o poder das classes dominantes, fortalecendo a figura dos grandes oligarcas.

Esses projetos servem para financiar setores da economia globalizada de capital financeiro, deixando à margem a agricultura familiar, que quase não tem acesso as políticas públicas. Podemos ver a desvalorização da agricultura familiar nos projetos de irrigação que acabam por mudar a figura do pequeno produtor em produtor capitalista, mudando o foco da produção alimentar para subsistência que passa a visar o mercado externo.

Considerando a água como elemento essencial para o bom desenvolvimento dos projetos de irrigação que adentram o semiárido na perspectiva de políticas públicas desenvolvimentistas, é válido destacar o discurso mentiroso que coloca a escassez hídrica como fator limitante ao desenvolvimento da região. Devendo então, analisar a realidade da região sob uma perspectiva política alçada nos jogos de interesses das oligarquias dominantes que se dizem nossos representantes políticos. Pois eles sim são os responsáveis pelo não desenvolvimento do semiárido nordestino.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, José Jobson Garcia de; COSTA, Franklin Roberto da. Análise dos impactos socioeconômicos e ambientais da agricultura irrigada no perímetro irrigado Pau dos Ferros (RN). **Geografares**. Espírito Santo, n.16, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/4898/5655> Acesso em: 17 nov. 2014

BRASIL, Ministério do Interior; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1979 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6662.htm Acesso em: 15 nov 2017.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos - planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO NETO, A. S. A irrigação no Médio São Francisco e a produção da seletividade sócio-espacial. In: **SEI**. Desenvolvimento Regional: análises do Nordeste e da Bahia. Salvador: SEI, 2006, p. 113-125.

DOURADO, J. A. L. Expansão do agrohidronegócio no Semi-árido nordestino e os conflitos por terra e água: revisitando a questão campo-cidade. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.115-126.

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio. In: CALDART, Roseli Salette, PEREIRA, Isabel Brasil, FIRGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 397-404.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohídronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista pegada**, v. 9, n. 1, p. 8-34, junho de 2008.

_____. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Terrítório**: revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, agosto de 2010.

